

A PERCEPÇÃO DE MEDIADORES SOCIAIS SOBRE OS MERCADOS INSTITUCIONAIS DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA SERRA DOS TAPES/RS

Luiz Felipe Wassmansdorf ¹
Giancarla Salamoni ²

RESUMO

A pesquisa parte do entendimento de que, embora o agricultor familiar esteja vinculado ao mercado, particularmente aos chamados mercados institucionais, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), as dimensões terra, trabalho e família conformam a lógica de funcionamento das unidades produtivas familiares. As compras públicas de alimentos provenientes da agricultura familiar incentivam a diversificação produtiva, a ampliação do autoconsumo, a multifuncionalidade da agricultura e a produção agroecológica, além de atuarem em favor da segurança alimentar de alunos de escolas públicas e populações em situação de vulnerabilidade social. Para tanto, propõe-se investigar as repercussões dos programas institucionais sobre organizações espaciais da agricultura familiar – os sistemas agrários –, tomando como recorte territorial os municípios localizados na Serra dos Tapes, no sul do RS. Também busca promover a discussão sobre a importância das redes locais e dos canais curtos como estratégia de reprodução social e econômica da agricultura familiar. Dessa forma, devido ao papel que a agricultura familiar apresenta seja na manutenção das famílias no campo, seja na produção de alimentos, é relevante compreender a dinâmica das políticas públicas sobre os territórios rurais na escala local e regional.

Palavras-chave: Agricultura familiar; produção de alimentos; mercados institucionais.

ABSTRACT

The research is based on the understanding that, although the family farmer is linked to the market, particularly the so-called institutional markets, as is the case of the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE), the land dimensions, work and family shape the operating logic of family production units. Public purchases of food from family farming encourage productive diversification, the expansion of self-consumption, the multifunctionality of agriculture and agroecological production, in addition to acting in favor of food security for public school students and populations in situations of social vulnerability. To this end, it is proposed to investigate the repercussions of institutional programs on spatial organizations of family farming – the agrarian systems –, taking as a territorial cut the municipalities located in Serra dos Tapes, in the south of Rio Grande do Sul. It also seeks to promote discussion about the importance of local networks and short channels as a strategy for the social and economic reproduction of family farming. Therefore, due to the role that family farming plays in keeping families in the field or in food production, it is important to understand the dynamics of public policies on rural territories on a local and regional scale.

Keywords:

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas, lfw.geo@gmail.com;

² Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pelotas, gi.salamoni@yahoo.com.br.

A ação de alimentar-se, em qualidade e quantidade adequadas, permanece, mesmo em tempos de agricultura intensiva, modernizada e em seu ápice produtivo, como um problema social e político ainda não solucionado. No Brasil, país com condições climáticas, territoriais e tecnológicas favoráveis à produção de alimentos, a má alimentação e a fome encontram-se presentes na população. A FAO (2022) afirma que os números de famintos no Brasil vêm aumentando desde 2015 marcando o retorno do país ao “Mapa da Fome”. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), do IBGE (2022, p.62), entre 2017 e 2021, a pobreza da população passou de 26,5% para 29,4%. E, tais dados dos “extremamente pobres”, que vivem com menos de R\$ 140 mensais, saltaram de 7,4%, em 2017, para 8,4%, em 2021 (em 2012 eram 6% da população). Estes dados encontram-se em elevação desde que o Brasil acordou não mais ser classificado como país “em desenvolvimento”, na Organização Mundial de Comércio (OMC), em troca do ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Diante da importância do abastecimento de alimentos no campo e na cidade, a agricultura familiar assume o protagonismo de principal fornecedor de alimentos que compõem a dieta das famílias brasileiras, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, fato percebido na evolução histórica das políticas públicas, inspiradas e co-elaboradas pela FAO, que foram adotadas para aprimorar os mecanismos de produção e comercialização interno de produtos agrícolas. Entretanto, nos últimos seis anos, no Brasil, percebe-se uma redução dos investimentos destinados às políticas voltadas para os mercados institucionais de alimentos, que beneficiam a agricultura familiar, principalmente por atender populações em insegurança alimentar e vulnerabilidade social e econômica.

O protagonismo da agricultura familiar camponesa como principal fornecedor de alimentos que vão à mesa dos brasileiros é realidade desde o séc. XIX, materializado a partir da política pública de migração europeia não ibérica, que tinha como enfoque o povoamento de áreas de vazio demográfico (regiões sul e centro-oeste) e para a produção de alimentos que abasteceriam a população em geral – até então, era comum a necessidade de importação de alimentos aos núcleos urbanos (ZARTH, 2006).

Diante desse contexto, a agricultura familiar camponesa teve que se adaptar aos processos da formação territorial do país: das problemáticas do acesso à terra, da coerção feita pela agricultura empresarial patronal, segregação de suas identidades culturais, da clandestinidade enquanto sujeitos políticos, da falta de incentivos/políticas do Estado quanto



sua manutenção e reprodução social, cultural e territorial; do processo de êxodo rural; do endividamento das famílias; das alterações na produção causadas pela modernização agrícola, entre outras.

Assim, o objetivo central deste trabalho é discutir o protagonismo da agricultura familiar na produção e circulação de alimentos no território da Serra dos Tapes/RS³ (Figura 1), através das percepções dos mediadores sociais sobre os mercados institucionais de alimentos, a saber: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

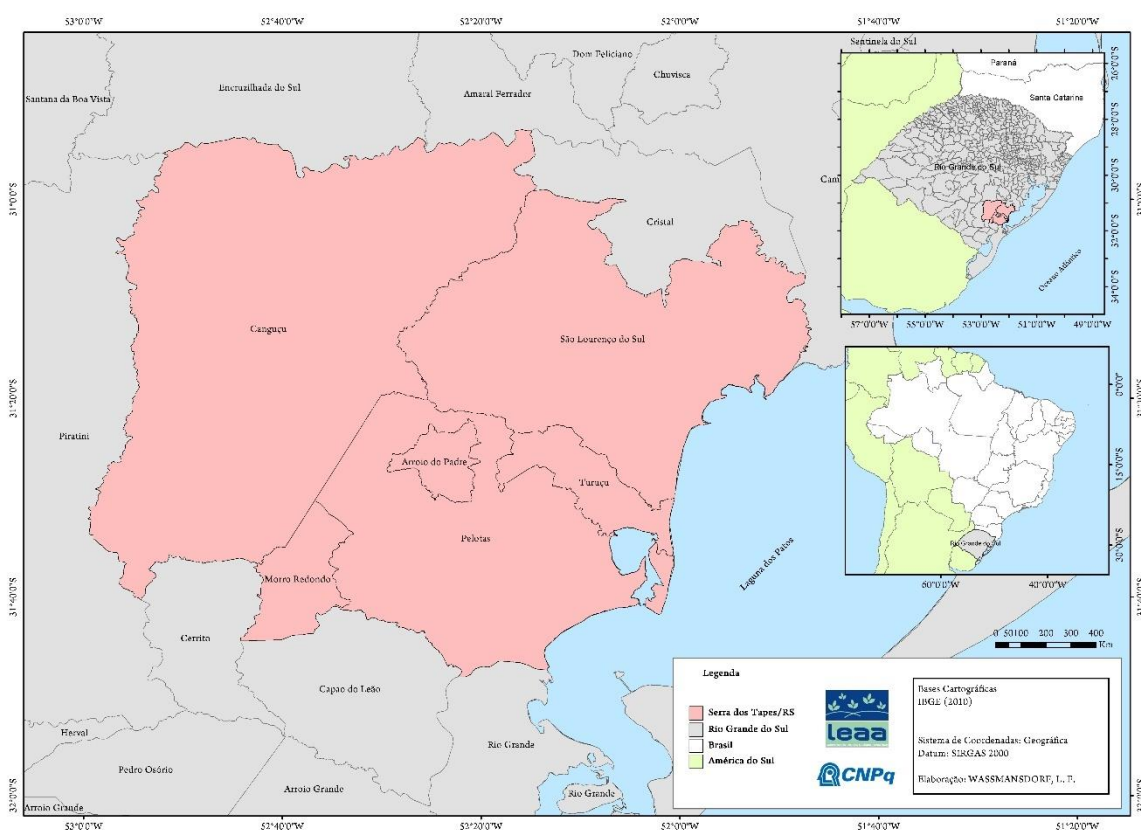


Figura 1 – Localização dos municípios na Serra dos Tapes/RS. Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2010).

³ Segundo Salamoni e Waskiewicz (2013), a Serra dos Tapes compreende a região serrana dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, cabendo ressaltar que Pelotas e São Lourenço do Sul assentam parte de seus territórios sobre Planícies ou Terras Baixas Costeiras. As autoras defendem que a resultante geográfica do recorte espacial está nas interações dos grupos sociais com o meio físico-natural, o que possibilitou a formação de sistemas agrários dotados de características socioculturais e econômicas que refletem o passado da apropriação da terra, em pequenas propriedades de dimensões variadas, organizadas com base no trabalho familiar e na atividade policultora.



METODOLOGIA

Especificamente, nesse trabalho são analisados alguns dados primários, tratados em uma perspectiva qualitativa, considerando-se os municípios da Serra dos Tapes/RS, identificando os limites e as possibilidades da atuação dos programas nos canais de comercialização na escala local. No que se refere as informações, estas foram extraídas a partir da realização de entrevistas por pautas, que contemplam as categorias de análise, com sujeitos compreendidos como “elementos-chave” para a pesquisa, ou seja, os mediadores sociais: técnicos da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS, técnicos de cooperativas e associações da agricultura familiar, técnicos de organizações não-governamentais que gerenciam a implementação e a operacionalidade das políticas públicas para agricultura familiar na Serra dos Tapes.

Nesta pesquisa, foram realizadas entrevistas individuais, em profundidade, como técnica de coleta de dados em razão de entender-se que esse tipo de entrevista possui maior operacionalidade e, também, permite ao entrevistado uma atmosfera mais confortável para que se expresse sem preocupação com eventuais censuras ou constrangimentos sobre suas concepções pessoais. As vantagens da entrevista em profundidade são pormenorizadas por Gaskell (2002), quando o autor enfatiza que:

[...] problemas de seleção podem ser evitados através de entrevistas individuais, onde a entrevista pode ser agendada para um tempo e lugar conveniente para o entrevistado. Em segundo lugar, não é exequível dirigir a atenção para uma pessoa particular em uma discussão de grupo, do mesmo modo como se consegue em uma entrevista individual. Com um entrevistado apenas, podemos conseguir detalhes muito mais ricos a respeito de experiências pessoais, decisões e sequência das ações, com perguntas indagadoras dirigidas a motivação, em um contexto de informação detalhada sobre circunstâncias particulares da pessoa. O que o entrevistado diz, e a maneira como a entrevista se desenvolve, pode estar relacionado a outras características relevantes do indivíduo de um modo tal que não é possível dentro da discussão e subsequente análise de um grupo focal (GASKELL, 2002, p. 78).

O roteiro das entrevistas com os mediadores foi elaborado por pautas, pois permite a demarcação de pontos importantes a serem postos para a apreciação do entrevistado e garante que este mantenha observância à temática da entrevista, ao mesmo tempo em que busca limitar a intervenção do pesquisador apenas à garantia do cumprimento desses princípios, prezando pelo protagonismo do informante.

Cabe usar as palavras de Gil (1987) para esclarecer a exata proposta dessa técnica:

A entrevista por pautas apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que se refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, o entrevistador intervém, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo (GIL, 1987, p. 117).

A utilização de um roteiro dirigido por essa orientação será importante para manter a atenção focada nos objetivos fixados para a pesquisa, mas também para descortinar possibilidades não vislumbradas inicialmente acerca das repercussões de PAA e PNAE sobre os sistemas agrários locais.

Para a interpretação mais detida das informações primárias foi empregada a análise de conteúdo (BARDIN, 1977), de modo a atender os objetivos definidos para o estudo, buscando debater o sentido que os principais indicadores identificados sugerem, de que forma essas tendências se manifestam na realidade da agricultura familiar do município e como a situação observada foi construída estrutural e conjunturalmente. Nesse processo, os dados empíricos foram entremeados com a fundamentação teórica elaborada, buscando-se a construção de uma tessitura textual capaz de articular o panorama das políticas públicas para a agricultura familiar do município com a orientação que essas políticas têm tomado no cenário nacional e com as possibilidades de desenvolvimento territorial rural tangíveis para o sistema agrário familiar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Sodré (2016), o reconhecimento por parte das políticas públicas para agricultura no Brasil é extremamente recente, ocorrendo de forma efetiva apenas na década de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Antes de sua normatização pelo Estado, cabia à agricultura familiar desenvolver canais de comercialização da sua produção de alimentos. Quando próximas aos centros urbanos, as unidades familiares, individualmente ou na composição com mais famílias (comunidades), organizavam a produção para ser comercializada em feiras nas cidades.

Materializadas às políticas públicas que possibilitaram o crédito/financiamento e da consolidação de mercados que asseguram a destinação da produção, é em 2006 que o Estado brasileiro cria a Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326, de 2006) que “estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.[...] § 2º São também beneficiários desta Lei: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquícultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. (BRASIL, 2006).

Nota-se diferenças entre a resolução do PRONAF e a Lei 11.326 de 2006, principalmente para uma maior inserção da pluriatividade na participação da renda dos grupos familiares (de 80% para “predominante”) e na não obrigatoriedade do domicílio principal do grupo familiar estar na propriedade a ser explorada.

Novamente, a normatização da agricultura familiar foi um passo importante na visibilidade enquanto sujeitos políticos do campesinato brasileiro, é a partir desta identidade jurídica que políticas públicas poderão fomentar as estratégias da permanência no rural e garantir a autonomia dos grupos familiares e, conseqüentemente, promover a diversidade produtiva no abastecimento de alimentos para a população brasileira (segurança alimentar).

Partindo da diversidade espacial como a característica principal do agro brasileiro tem-se que, ao longo da história, o rural encontra-se organizado distintamente em contextos regionais, atrelando sistemas agrários a áreas específicas. Constata-se, também, a diversificação em contextos sociais e econômicos, criando tipos específicos de agricultores e agriculturas. Uma das formas conceituais de entendimento de uma parte dessa realidade, resultado das “novas” dinâmicas do espaço rural, é por meio da adoção da noção de multifuncionalidade. A diferenciação de atividades nas unidades de produção agropecuárias não constitui um fato histórico novo, mas a valorização de tais atividades é que define o “novo”, o contexto de multifuncionalidade.

Em decorrência desses fatos, muitas propriedades agrícolas têm alcançado o seu rendimento através de elementos externos aos limites de suas divisas, em atividades não agrícolas. Assim, a diversidade do campo torna-se um componente central que concebe uma multiplicidade de rurais, além de conformar novas articulações com o espaço urbano.

Reconhecer o potencial multifuncional das propriedades rurais familiares é o primeiro passo para planejar e implementar o desenvolvimento rural, quer pela ação individual ou comunitária, quer como objeto de políticas públicas.

O PAA e PNAE compreendem a modalidade de canais curtos indiretos de comercialização dos produtos produzidos pela agricultura familiar, uma vez que, para participar de chamadas públicas ou editais, a principal forma de acesso se dá pela filiação a cooperativas e/ou associações de agricultores familiares, que, no caso dos municípios da Serra dos Tapes, contam com a mediação de agentes públicos e de outras organizações da sociedade civil.

Ainda não há uma definição consensual sobre o termo dos canais curtos de comercialização, sendo eles também entendidos como circuitos de proximidade (AUBRI; CHIFFOLEAU, 2009), ou até mesmo circuitos locais (MARECHAL, 2008), salientando a ideia de canais que busquem a proximidade geográfica (encurtamento de distâncias/locomoção) entre rural e urbano, consumidor e produtor. Cabe ressaltar, que se adota neste trabalho o conceito de canais curtos, de acordo com Pranke (2016) e Godoy et al. (2005), no qual a ideia geral dessa denominação é a de comercialização que busca a diminuição de atravessadores, garantindo a autonomia do agricultor familiar e, ao mesmo tempo, a construção do olhar crítico dos consumidores ao processo percorrido pelos alimentos até a mesa, conforme ressaltam Scarabelot e Schneider (2012). Além disso, os consumidores e agricultores obtêm vantagens com os custos de transporte, qualidade dos produtos e identificação com hábitos de consumo saudáveis e locais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tentativa de apreender as visões dos atores sociais envolvidos no processo dos mercados institucionais na Serra dos Tapes foram, inicialmente, realizadas entrevistas com alguns dos mediadores desses programas, a saber: representante da EMATER, representante da Cooperativa União, representante do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia-CAPA. Nas entrevistas foram elencadas a priori quatro categorias de análise como norteadoras para o estudo: diversificação produtiva (DP), ampliação do autoconsumo (AC), multifuncionalidade da agricultura (MF) e produção agroecológica (PA).

No Quadro 01 são apresentadas as unidades de registro extraídas do corpus das transcrições das entrevistas para que fosse possível apresentar um panorama sintético a cerca da compreensão dos entrevistados sobre a ação dos programas institucionais de aquisição de alimentos da agricultura familiar na Serra dos Tapes, no que concerne às categorias de análise,



além de propiciar uma visão comparativa da percepção dos informantes, permitindo a identificação de concordâncias e divergências entre eles (SODRÉ, 2016).

Ao fazer uma análise mais aproximada dos enunciados correspondentes a cada um dos entrevistados, parece existir uma concordância entre eles acerca dos programas terem provocado um impacto positivo sobre as cooperativas e a agricultura familiar local. No entanto, essa dinamização teria ocorrido apenas por um lapso de tempo, fortalecendo parte da produção local, mas não permitindo uma autonomia para os agricultores familiares no longo prazo.

No que diz respeito à categoria DP ressalta-se que entre as práticas sociais comuns aos agricultores familiares da Serra dos Tapes pode ser identificada a organização econômica, baseada na produção diversificada de gêneros agrícolas em associação com a pecuária para o autoconsumo, e, por vezes, especializada em produtos para o mercado. A região, num primeiro momento, privilegiou a fruticultura em uma escala comercial, com a cultura do pêssego, muito difundida nos municípios de Pelotas, Morro Redondo e Canguçu. Aliado ao desenvolvimento da industrialização desse produto no ramo de doces e conservas, inclusive ganhando o cenário nacional, configurou-se um setor agroalimentar expressivo na região, representado pelas agroindústrias que processam os produtos advindos da agricultura familiar regional.

Na região da Serra dos Tapes, esse processo se encontra representado pela produção de tabaco, pêssego e leite, ainda com destaque para o crescimento da produção de soja. A produção de tabaco, por exemplo, aparece de forma marcante em Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, demonstrando uma enorme expressividade, em que a região representa a expansão do complexo fumageiro do Vale do Taquari e do Vale do Rio Pardo, localizados no centro do Rio Grande do Sul, para o sul do estado. Apesar dessas restrições, os mediadores concordam que as famílias passaram a cultivar novos produtos para responder a demandas de mercado ou incrementaram a produção de alimentos já cultivados nas propriedades rurais, mesmo que mediante comercialização limitada. Em ambos os casos, o PAA e PNAE aparecem reforçando a diversificação da produção.

	CAPA	EMATER	COOPERATIVA UNIÃO
DP	Cestas diversificadas, contemplado a variedade da produção local; Ampliação do leque e do volume de produção (“Boom”); Qualificação dos processos produtivos; Valorização das frutas nativas e da produção artesanal local.	Redução da produção de fumo; Garantia de compra estimulando produção diversificada para os programas; Ampliação da produção de morango.	Diversificação produtiva como principal característica dos mercados institucionais; Garantia de compra pelos programas levando à redução da produção de fumo; Preços razoáveis estimulando a diversificação; Diversificação proporcionando maior autonomia às mulheres.
AC	Aproveitamento doméstico de frutas e sobras; Consumo familiar	Incerteza quanto à melhora da alimentação familiar;	Resgate de hábitos produtivos abandonados; Redução do ciclo de



	dos sucos e doces produzidos para comercialização.	Caráter cultural dos hábitos alimentares; Redução do autoconsumo, em geral, no rural de Canguçu.	dependência da produção de fumo; Ampliação da produção para o autoconsumo.
MF	Qualidade nutricional (sem conservantes) da produção da agroindústria local; Inserção de frutas e sucos nativos na alimentação escolar; Formação e qualificação de novas agroindústrias; Valorização das técnicas artesanais dos agricultores.	“Boom” na produção de panificados e sucos; Segurança propiciada aos agricultores pela entrega de uma produção processada, industrializada.	Produção e beneficiamento de sementes e grãos; Produção de feijão, farinha de milho e arroz e sucos.
PA	Valoração diferenciada da produção agroecológica nos programas não ocorrendo nos mercados formais; Mercados formais sobrevalorizando os produtos agroecológicos, dificultando sua comercialização no varejo; Vendas via cooperativa encarecendo os produtos (custos operacionais); Ampliação da produção agroecológica; Aumento no número de famílias certificadas; Melhora na infraestrutura das propriedades; Estruturação dos grupos agroecológicos (produção inicial de sementes); Qualidade dos produtos agroecológicos entregues aos programas.	Dificuldades na produção de orgânicos (ausência de mercados, problemas com a certificação); Produtos agroecológicos não sendo adquiridos com preço diferenciado pelos programas; Estímulo da EMATER à produção agroecológica para o autoconsumo.	Incentivo à produção orgânica como estratégia de inserção nos mercados formais. Avanços na produção ecológica proporcionados pelos programas; Importância da valorização financeira da produção ecológica pelos programas; Perda recente de avanços conquistados em razão da eliminação do incremento de valor nos preços dos produtos agroecológicos; Ausência de consciência das instituições executoras sobre a importância de adquirir produtos orgânicos.

Quadro 1 – Síntese da visão dos entrevistados acerca das repercussões dos programas sobre as categorias analisadas. Fonte: Pesquisa de campo, 2019 e organizado por Maiara Tavares Sodré, 2021.

Sobre a ampliação da categoria AC, Salamoni e Waskiewicz (2013) evidenciaram mudanças nesse processo, destacando a autonomia parcial desses sujeitos por meio da manutenção da produção para o autoconsumo, combinada com a produção para o mercado. O autoconsumo é de extrema importância para os agricultores familiares – regionalmente também chamados de colonos –, pois representa uma economia de renda para o agricultor, evitando os gastos com a compra de produtos no mercado.

Esse fenômeno é percebido na região de estudo, pois se pode observar a manutenção de produtos como feijão, batata inglesa e batata doce de maneira bastante representativa como produção para o autoconsumo nos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, embora parte dessa produção também seja destinada ao mercado. O milho e a criação de suínos, que possuem a “marca” da agricultura familiar, mantêm-se no contexto da unidade de produção familiar na Serra dos Tapes. O milho pode ser consumido tanto na alimentação dos animais quanto na alimentação humana.

Por outro lado, aponta-se que o acesso ao PAA estimulou a ampliação do repertório alimentar doméstico das famílias, conforme assinalam Salgado, Dias e Souza (2020). Outro

Um ponto positivo do PAA é a contribuição à promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) das famílias no campo, a partir da produção para autoconsumo. Todos os agricultores afirmaram que os alimentos entregues via PAA constituem a base alimentar da família.

A presença da categoria MF aparece vinculada ao enfoque espacial, a noção de multifuncionalidade surge como elemento conceitual e representa, também, um esforço de rompimento com a ótica setorial da agricultura, ao enfatizar, principalmente, a heterogeneidade estrutural presente no espaço rural. Carneiro e Maluf (2003) apontam que essa: [...] rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos [...]. (CARNEIRO; MALUF, 2003, p.19). Conforme destacado pelos mediadores, o desenvolvimento da agroindustrialização no âmbito das propriedades rurais tem representado a expressão empírica da noção de multifuncionalidade da agricultura familiar. Com a comercialização relativamente organizada, o processamento dos alimentos produzidos pelos agricultores agrega valor aos produtos, reforçando a ideia de que as políticas públicas relacionadas aos mercados institucionais valorizam a agroindústria familiar, além de financiar equipamentos e infraestrutura.

Quanto à categoria PA, essa torna-se uma estratégia de produção e reprodução social para os agricultores familiares, na medida em que oferece meios e condições técnicas para o cultivo de produtos agrícolas, na maior parte das vezes, alimentos saudáveis, e valoriza os saberes e potenciais sociais e ambientais do lugar. Também é importante destacar o aspecto econômico, uma vez que a agroecologia representa uma forma de reduzir os custos de produção, bem como o consumo energético, devido ao seu manejo ecológico. E, por outro lado, garante à família e à sociedade alimentos de qualidade e com aceitação em mercados diversos, garantindo trabalho e renda para as atuais e futuras gerações. A partir da análise das entrevistas com os mediadores sociais foi constatado que entre os fatores que influenciaram o desenvolvimento da produção agroecológica e, conseqüentemente, a organização social dos agricultores familiares, está a atuação das redes de assistência técnica e extensão rural. Os mediadores apontam que o maior problema no desenvolvimento da agricultura de base ecológica na região é a falta de assistência técnica especializada aos produtores e a necessidade de ampliação dos canais de comercialização diretos e indiretos.

A partir da análise das entrevistas com os mediadores sociais foi constatado que entre os fatores que influenciaram o desenvolvimento da produção agroecológica e, conseqüentemente,

a organização social dos agricultores familiares, está a atuação das redes de assistência técnica e extensão rural. Os mediadores apontam que o maior problema no desenvolvimento da agricultura de base ecológica na região é a falta de assistência técnica especializada aos produtores e a necessidade de ampliação dos canais de comercialização diretos e indiretos.

No mesmo sentido, a atuação do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) foi fundamental para construção de ações coletivas no âmbito da produção e comercialização de produtos agroecológicos. Essa organização não governamental atua tanto junto aos agricultores familiares quanto na interlocução com os consumidores locais sobre os canais de acesso aos alimentos de base agroecológica.

Diante do exposto, nesta pesquisa, se entende o papel do PAA e PNAE como importante política para o atendimento das demandas da agricultura familiar, resultando num melhor direcionamento de recursos públicos, antes destinados para grupos de agricultores cuja lógica e dinâmica não são necessariamente voltadas para uma visão de desenvolvimento multidimensional, multiescalar e territorial (SODRÉ, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa mobiliza tema importante para o estudo da agricultura familiar e o seu vasto campo de investigação social, a saber: os mercados institucionais de alimentos e algumas das dimensões presentes nos espaços da agricultura familiar. A tentativa de síntese recai sobre as articulações entre diversidade produtiva, produção para autoconsumo, multifuncionalidade da agricultura e produção agroecológica, apontando para a valorização da dimensão espacial (social, econômica, política e cultural) nas reflexões a respeito das políticas públicas. Para consolidar a análise, reforça-se a necessidade de resguardar no debate a afirmação de que tanto os espaços, quanto as relações sociais, trazem a marca da diversidade.

Por essa razão, a análise dos programas de compras institucionais para a agricultura familiar, como é o caso do PAA e do PNAE e das repercussões sobre a organização dos sistemas agrários locais é indispensável à avaliação crítica sobre as estratégias de desenvolvimento adotadas pelo Estado para o rural brasileiro.

Vale ressaltar que tanto os agricultores familiares quanto as instituições públicas e organizações não governamentais não adotam a perspectiva simplista de que basta buscar, “no passado e nas tradições”, as soluções para o futuro. Se percebe que a valorização do “saber empírico” do camponês é um dos elementos do desenvolvimento rural, conforme aludido pelos mediadores sociais.

A agricultura familiar se reinventa a cada dificuldade de comercialização de seus produtos alimentícios e, por essa razão, instrumentaliza-se, dentro de suas possibilidades, para acessar os diferentes canais de comercialização, sejam eles canais longos ou curtos. Assim, entende-se que os mercados institucionais de alimentos podem ser vias de promoção do desenvolvimento rural de base territorial se forem acompanhados de outras políticas de promoção e valorização da agricultura familiar, como por exemplo, o estímulo a ampliação da produção para o autoconsumo, o incentivo a transição agroecológica e a multifuncionalidade dos espaços rurais.

REFERÊNCIAS

AUBRI, C.; CHIFOLLEAU, Y. Le développement des circuits courts et l'agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. **Innovations Agronomiques**, v.5, p. 53-67, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **LEI Nº 11.326**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

FAO. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. Roma, 2022. Acesso em: 08 Abr. 2023. Online. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc0639es/cc0639es.pdf>

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, M.; GASKELL, G. (eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GODOY, W. I; SACCO DOS ANJOS, F; CALDAS, N. V. **As feiras livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais**. Acesso em: 08 Abr. 2023. Online. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf>

MARECHAL, G. **Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires**. Ed. Educagri, 2008.



PRANKE, L. V. Mercados, Organizações Sociais e Agricultura Familiar: Os canais curtos de comercialização no município de Piratini-RS. 2016, 109 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

SALAMONI, G; WASKIEVICZ, C. A. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez., 2013.

SALGADO, J. S F; DIAS, M. M; SOUZA, W. J. Agricultura Familiar, Extensão Rural e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: delimitando categorias analíticas à luz da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil. **Mundo Agrário**, vol. 21, n. 46, p.2-13, 2020.

SCARABELOT, M., SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – um estudo de caso no município de nova Veneza/SC. **Revista Faz Ciência**, v.15, n. 20, p.101-130, jan./jun. 2012.

SODRÉ, M.T. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SISTEMA AGRÁRIO FAMILIAR E AS INTERFACES COM O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: UM ESTUDO SOBRE AS REPERCUSSÕES DO PAA E PNAE NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS.**2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

ZARTH, P. A. Colonização e ocupação do espaço agrário do Rio Grande do Sul. Santa Maria: **Ciência & Ambiente**, 2006. p.155-163.